



... continuação

o valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: **I) Ativos mensurados ao custo de amortização;** **II) Valor justo por meio do resultado;** ou **III) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Custo amortizado:** os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e ambas as seguintes condições forem atendidas: **I) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual;** e **II) os termos contratuais do ativo financeiro serem originem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.** A Companhia mensura o valor justo, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado. **• Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment juntamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado; **• Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: **I) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratual quanto pela venda de ativos financeiros; e II) os termos contratuais do ativo financeiro serem originem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto.** Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: **I) Instrumentos de dívida:** rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou **II) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo.** Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" ou nunca reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **• Desreconhecimento ativo financeiro:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade der substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. **• Passivo financeiro ao custo amortizado:** A Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **• Passivo financeiro por meio de outros resultados abrangentes:** Os passivos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se a entidade der substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. **• Passivo financeiro ao custo amortizado:** A Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **• Passivo financeiro por meio de outros resultados abrangentes:** Os passivos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se a entidade der substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também reconhece o reconhecimento de passivos financeiros quando os termos originais são modificados e os fluxos de caixa do passivo financeiro são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado de taxa de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxa de juros e cupom cambial ou índice de atualização cambial. Nos casos em que as informações não são comparáveis com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda (*Non Deliverable Forward – NDF*), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado. Embora a Companhia tenha derivativos com o objetivo de proteção, não se aplicou a opção política de contabilização pelo método do *hedging accounting*. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório. **I) Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. São constituídas Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Dúvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. **J) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, incluindo o custo de derivativos com o objetivo de proteção, não se aplicou a opção política de contabilização pelo método do *hedging accounting*. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório. **K) Ativos biológicos:** São mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market – MM*". **L) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por meio de avaliações de especialistas em engenharia e arquitetura. O custo de aquisição de bens materiais em 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de materiais construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. Os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, ou seja, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

**Consolidado a.a.**

Edifícios	2,66% a.a.
Máquinas e equipamentos	8,08% a.a.
Móveis e utensílios	9,79% a.a.
Veículos	7,01% a.a.
Hardware	16,83% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revisados no mínimo a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 21, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens. **m) Arrendamentos:** Os contratos são considerados como arrendamentos quando atenderem cumulativamente condições a seguir: **• Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.** Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; **• O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.** Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimado de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do ativo de uso ou o término do prazo de seu arrendamento. O custo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Itens opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e são de baixo valor. **n) Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando não há evidência de que o ativo não seja recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução a seu valor recuperável. **Ágio decorrente de aquisição de controladas:** O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. **o) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment test")** Ativos financeiros: A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva de que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **Ativos não financeiros:** A

**VQD Holdings S.A.**

Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **p) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados. Os cálculos e análises são revisados trimestralmente. **r) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os impostos de renda e contribuição social são reconhecidos somente quando há obrigação de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias deferidas não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **t) Benefícios a empregados:** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição ou benefícios deferidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis. **u) Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas da Companhia e suas controladas derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é atendida e cujas mercadorias são destinadas aos mercados interno e externo. As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia na determinação do seu reconhecimento contábil. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e as despesas sobre impostos são reconhecidas quando os produtos são vendidos. Os produtos são reconhecidos pelo valor da contrapartida à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia e suas controladas satisfazam sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 23. **v) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. **w) Informações por segmento:** O relatório por segmentos operacionais é apresentado de acordo com o conceito de segmentos operacionais da Administração da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis. **x) Novas normas, alterações e interpretações:** O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações contábeis da adoção destas normas. **• Alteração da norma 12 – Imposto de Renda:** Esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis. **• Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno:** Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com "Covenants":** Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. **y) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações contábeis conforme BRGA/PA aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **5. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

	2023	2022
Prejuízos fiscais – IRPJ	737.991	715.539
Base de cálculo negativa – CSLL	230.562	230.562
<b>Total</b>	<b>968.553</b>	<b>946.101</b>
<b>Diferenças temporárias ativas</b>		
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	12.053	12.996
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.534	7.519
Perdas esperadas em créditos	8.801	7.047
Outros	178.932	52.148
<b>Total de diferenças temporárias ativas</b>	<b>1.175.873</b>	<b>1.025.811</b>
<b>Diferenças temporárias passivas</b>		
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(28.205)	(29.721)
Combinação de negócios	(33.095)	(33.966)
Reserva de reavaliação	(21.064)	(21.860)
Mais valia em controladas	(325.490)	(460.191)
Outras exclusões temporárias	(92.337)	(68.373)
<b>Total de diferenças temporárias passiva</b>	<b>(500.193)</b>	<b>(613.241)</b>
Total de impostos diferidos		
Total do ativo fiscal diferido	910.184	792.211
Total do passivo fiscal diferido	(234.504)	(380.241)
<b>Total</b>	<b>675.680</b>	<b>412.570</b>

**Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferido:** A seguir, apresentamos a movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

**Consolidado**

	Saldo em 31 de dezem- bro de 2022	Reco- nhecido	Realiza- ção dos resul- tados	Realiza- ção dos resul- tados	Ajuste acumu- lado em 31 de dezem- bro de 2023	Saldo em 31 de dezem- bro de 2023
IR/CS Diferido sobre preju- zo fiscal	946.101	36.348	(8.699)	(5.197)	968.553	968.553
<b>Total ativos fiscais diferidos</b>	<b>946.101</b>	<b>36.348</b>	<b>(8.699)</b>	<b>(5.197)</b>	<b>968.553</b>	<b>968.553</b>

	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	946.101	36.348
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	12.996	812
Outras adições temporárias	52.148	104.433
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.519	120
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	7.047	4.430
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(29.721)	-
Combinação de negócios	(33.095)	-
Reserva de reavaliação	(21.860)	-
Mais valia em controladas	(460.191)	-
Outras exclusões temporárias	(68.373)	(28.317)
<b>Total dos tributos fiscais diferidos</b>	<b>412.570</b>	<b>117.826</b>

A Companhia tem expectativa de realizar as diferenças temporárias de IR/CS em no máximo 10 anos. Destacamos que tais estudos técnicos que embasaram o decurso pelo registro ou manutenção do ativo fiscal diferido sobre prejuízos

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(8.633)</b>	<b>195.788</b>
<b>Adições</b>		
Diferenças temporárias	-	294.473
Diferenças permanentes	55	108
Efeitos da adoção inicial de IFRS	-	15.946.154
<b>Exclusões</b>		
Diferenças temporárias	-	(5.309)
Diferenças permanentes	(2)	(146.540)
Efeitos da adoção inicial de IFRS	-	(18.005.957)
<b>Base de cálculo dos tributos</b>	<b>(8.580)</b>	<b>49.446</b>
Compensações	-	-
Base de cálculo após prejuízo a compensar	(8.580)	49.446
<b>Imposto de renda a pagar</b>	<b>-</b>	<b>(8.629)</b>
CSLL a pagar	-	(3.115)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(11.744)</b>	<b>(26.243)</b>
<b>Alíquota efetiva (%)</b>	<b>6,00%</b>	<b>11,01%</b>

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, seja-se Lei nº 12.973/2014. Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos. Com base em estudos e projeções efetuados para os Exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dez anos. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros. **Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo de alíquota de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. No caso da Companhia, as regras do Pilar Dois estarão vigentes a partir do exercício de 2024. A Companhia aplicou a isenção temporária relativa ao reconhecimento e divulgação de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados ao imposto de renda do Pilar Dois e, portanto, não há impacto relacionado ao Pilar Dois nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes do Pilar Dois na despesa com imposto de renda corrente de exercícios sociais futuros e, no momento, não há expectativa de que haverá impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **6. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e civis – Sumários dos passivos contingentes contabilizados:** A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

	Consolidado
	2023
<b>Provisões</b>	<b>6.063</b>
Provisões para reclamações trabalhistas	30.464
Provisões para riscos civis e fiscal	5.714
<b>Total</b>	<b>36.178</b>

	Ações trabalhistas	Ações civis e fiscais	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>37.314</b>	<b>6.063</b>	<b>43.377</b>
Provisões constituídas durante o exercício	1.749	24.746	26.495
Provisões revertidas durante o exercício	(5.900)	(3.929)	(9.829)
Ajustes de conversão do exercício	(832)	(325)	(1.157)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.331</b>	<b>26.555</b>	<b>58.886</b>
Provisões constituídas durante o exercício	2.951	2.786	5.737
Provisões revertidas durante o exercício	(4.372)	(21.104)	(25.476)
Ajustes de conversão do exercício	(446)	(2.523)	(2.969)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>30.464</b>	<b>5.714</b>	<b>36.178</b>

	/ mil	Nacional em R\$ mil
	31/12/23	31/12/23
<b>Contratos Futuros:</b>		
<i>Commissões de compra</i>	-	-
DOL (US\$)	23.000	11.988
Mini Dólar (dol x 0,10)	1.730	8.375
Outros	-	-
BGI (arobas)	26	6.431
<i>Commissões de venda</i>		
Moeda estrangeira	-	-
DOL (US\$)	2.500	13.044
Mini Dólar (US\$ x 0,10)	-	9.583
BGI (arobas)	843	207.448
<b>Contratos de Opções</b>		
<i>Posição titular – Compra</i>		
Moeda estrangeira	-	-
Outros	-	-
BGI (arobas)	-	-
<i>Posição titular – Venda</i>		
Moeda estrangeira	-	-
DOL (US\$)	60	3.572
Outros	-	-
BGI (arobas)	-	-
<i>Posição lançadora – Compra</i>		
Moeda estrangeira	-	-
Outros	-	-
BGI (arobas)	-	-
<i>Posição lançadora – Venda</i>		
Moeda estrangeira	-	-
DOL (US\$)	-	-
Outros	-	-
BGI (arobas)	-	-
<b>Contratos a termo</b>		
<i>Posição Comprada</i>		
NDF (dólar)	350.000	1.694.455

2023		2022		Posição ativa (passiva)		Posição ativa (passiva)		Mercado BM&F			
Marcação a mercado		Marcação a mercado		líquida em 2023		líquida em 2022		Contrato Futuro Vendido			
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>											
Opções	4.631		500	Contratos futuros – DOL (Dólar)	120.363	86.621	Valor Nocial (€)		650.760		
Swap	3.281.836		1.732.571	Contratos futuros – BGI (Boi Gordo)	(201.017)	(131.728)	Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)		247		
NDF (EUR+DOL+BOI)	1.497.291		1.009.330	Contratos de opções (Dólar, Boi, Milho e IDI)	4.631	500	<b>Total R\$1'000</b>		<b>160.609</b>		
<b>Total geral</b>	<b>4.783.758</b>		<b>2.742.401</b>	NDF (dólar + Euro + boi + COP + CLP)	3.281.836	1.732.571					
<b>b. Riscos de taxas de câmbio e de taxa de juros:</b> O risco de variação cambial, monetária e de taxa de juro sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira são administrados através da utilização de instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsas, ou operações de balcão como swap, <i>Non Deliverable Forwards</i> (NDFs) e opções. No quadro a seguir apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção e Administração do risco da exposição cambial:											
		<b>Consolidado</b>									
		<b>2023</b>									
		<b>Moedas</b>									
		<b>Nacional</b>	<b>Estrangeira</b>	<b>Total</b>							
<b>Ativo</b>											
Caixa	3.432	–	3.432								
Bancos conta movimento	74.787	3.931.732	4.006.519								
Aplicações financeiras	8.461.745	305.851	8.767.596								
Contas a receber de cliente	852.235	1.549.837	2.402.072								
<b>Total do circulante</b>	<b>9.392.245</b>	<b>5.787.420</b>	<b>15.179.665</b>								
<b>Total ativo</b>	<b>9.392.245</b>	<b>5.787.420</b>	<b>15.179.665</b>								
		<b>Consolidado</b>									
		<b>2023</b>									
		<b>Moedas</b>									
		<b>Nacional</b>	<b>Estrangeira</b>	<b>Total</b>							
<b>Passivo</b>											
Financiamentos de curto prazo	3.539.429	1.162.076	4.701.505								
Fornecedores	2.095.689	216.681	2.312.370								
<b>Total do circulante</b>	<b>5.635.118</b>	<b>1.378.757</b>	<b>7.013.875</b>								
Financiamentos de longo prazo	7.665.691	14.127.952	21.793.643								
<b>Total do não circulante</b>	<b>7.665.691</b>	<b>14.127.952</b>	<b>21.793.643</b>								
<b>Total passivo</b>	<b>13.300.809</b>	<b>15.506.709</b>	<b>28.807.518</b>								
Divida líquida financeira	3.908.564	9.719.289	13.627.853								
<b>Derivativos de proteção – Posição líquida</b>	<b>(3.603.231)</b>	<b>(1.180.527)</b>	<b>(4.783.758)</b>								
<b>Posição cambial líquida</b>	<b>305.333</b>	<b>8.538.762</b>	<b>8.844.095</b>								
A posição nocial líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:											
<b>Diretoria</b>											
Norberto Lanzara Giangrande Júnior Frederico Alcantara de Queiroz			Clerton Silva Queiroz Fernando Galletti de Queiroz			Cristiano Camposana de Queiroz Eduardo Scannavino de Queiroz			Rafael Vicentini de Queiroz		
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas</b>											
O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as normas contábeis e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foi emitido pela BDO RCS Auditores Independente S.S. Ltda., em 08 de abril de 2024, sem modificação. A íntegra das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.											

# Economia

## Arrecadação federal bate recorde em março, informa Ministério

A arrecadação total de receitas federais fechou março em R\$ 190,61 bilhões, informou o Ministério da Fazenda. Este é o melhor desempenho para o mês desde 2000, registrando acréscimo real de 7,22% em relação a março de 2023. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou

R\$ 657,76 bilhões, representando um acréscimo medido pela inflação de 8,36%. Em relação às Receitas Administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado, em março, foi R\$ 182,87 bilhões, representando um acréscimo real de 6,06%. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R\$ 624,77

bilhões, registrando acréscimo real de 8,11%. Segundo o Ministério da Fazenda, o crescimento observado no período pode ser explicado, entre outros fatores, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis e pela tributação de fundos exclusivos, prevista na Lei 14.754, de 12 de dezembro de

2023. O ministério informou que em relação ao PIS/Pasep e a Cofins houve, em março, uma arrecadação conjunta de R\$ 40,92 bilhões, representando crescimento real de 20,63%. Segundo a pasta, esse desempenho é explicado pelo acréscimo na arrecadação no setor de combustíveis com a retomada da tribu-

tação incidente sobre o diesel e gasolina e pela combinação dos aumentos reais de 9,7% no volume de vendas e de 2,5% no volume de serviços entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio de Geografia e Estatística (IBGE). As informações são da Agência Brasil.

## Receita abre consulta a novo lote residual do Imposto de Renda

A Receita Federal abriu na terça-feira (23) a consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), referente ao mês de abril de 2024. O crédito bancário no valor de mais de R\$ 457 milhões será disponibilizado no dia 30 de abril para cerca de 353,3 mil contribuintes. A maior parte dos contemplados nesse lote é de contribuintes acima de 80 anos, seguidos de outros grupos prioritários como de pessoas com deficiência ou doença grave, professores e ainda daqueles que utilizaram a declaração pré-preenchida ou autorizaram a restituição via PIX. Os valores serão depositados na conta bancária informada na Declaração do Imposto de Renda. As informações foram divulgadas pela Agência Brasil.

## Rendimento domiciliar do brasileiro chegou a R\$ 1.848 em 2023

O rendimento médio mensal domiciliar per capita do Brasil chegou a R\$ 1.848 em 2023. Esse é o maior valor já apurado no país e representa um crescimento de 11,5% ante o valor de 2022, R\$ 1.658. O recorde anterior tinha sido em 2019 (R\$ 1.744), ano que precedeu a pandemia da covid-19. Os dados fazem parte

de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa Rendimento de todas as fontes 2023 apura todas as formas de renda dos brasileiros, o que inclui dinheiro obtido com trabalho, aposen-

tadoria, pensão, programas sociais, rendimento de aplicações financeiras, alugueis e bolsas de estudo, por exemplo. O IBGE aponta que em 2023, o Brasil tinha 215,6 milhões de habitantes. Desse, 140 milhões tinham algum tipo de rendimento. Isso representa 64,9% da população, a maior proporção registrada pela pesquisa iniciada

em 2012. Em 2022, eram 62,6%. O nível mais baixo foi atingido em 2021, no auge da pandemia. Eram 59,8%, mesmo patamar de 2012. O levantamento calcula que 99,2 milhões de pessoas (46% da população) tinham no ano passado rendimentos obtidos por meio de formas de trabalho; e 56 milhões (26% da população), por meio de outras

fontes. O rendimento médio mensal recebido de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 2.979 em 2023, o que representa uma expansão de 7,2% em relação a 2022 (R\$ 2.780). O maior resultado já calculado pelo IBGE foi em 2020, primeiro ano da pandemia, quando alcançou R\$ 3.028. As informações são da Agência Brasil.

## Desenvolve SP oferece crédito com taxas e condições especiais para o agronegócio

Desde que foi criada, a Desenvolve SP – agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – liberou financiamentos para projetos ligados ao setor agropecuário paulista para 30 empresas em 26 cidades de 12 Regiões Administrativas: Campinas, Registro, Sorocaba, São Paulo, Presidente Prudente, São José do Rio

Preto, Barretos, Itapeva, Araçatuba, Ribeirão Preto, Central e Vale do Paraíba/Litoral Norte). A Desenvolve SP tem condições especiais para empresas paulistas que atuam no agronegócio. São financiamentos a partir de 0,00 (zero)% ao mês acrescido da Selic, com até 5 anos de prazo para pagamento e carência de até 12 meses. A linha Agroindústria Investimentos é

voltada ao aumento da capacidade produtiva e otimização de processos industriais. Com essa linha de crédito é possível financiar aquisição de máquinas e equipamentos e veículos utilitários para transporte de carga. SUSTENTABILIDADE Localizada em Jacupiranga, a Forte Floresta – empresa especialista em reflorestamento – buscou apoio da Desenvol-

ve SP. O financiamento permitiu investimentos nos viveiros, nos germinadores e no maquinário em geral, como tratores e carros. “A Desenvolve SP veio para que nós pudessemos potencializar nossa cadeia produtiva”, afirmou Felipe Passos, sócio administrador da reflorestadora. AGRISHOW Mais uma vez, a Desenvolve SP estará

presente na Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), a maior feira do setor da América Latina. A 29ª da Agrishow vai acontecer entre os dias 29 de abril e 4 de maio, em Ribeirão Preto. Uma equipe da agência estará no espaço Agrishow Labs, onde serão divulgadas linhas de crédito para projetos de inovação. Na edição de 2023,

o governador Tarcísio de Freitas anunciou R\$ 200 milhões em créditos da Desenvolve SP para a agroindústria. Com recorde de público e negócios, a Agrishow 2023 reuniu mais de 195 mil visitantes e movimentou R\$ 13,3 bilhões em negócios firmados por participantes. As informações foram divulgadas pelo governo paulista.

